

INTERCÂMBIO ENTRE ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS AFRODESCENDENTES

Processos organizativos dos negros na América Latina e Caribe” Proyecto BUILD de la Fundación Ford y CCARC

Matilde Riberiro

26 abril 2021





Matilde Ribeiro

Matilde Ribeiro é uma acadêmica renomada, com larga experiência em questões de gestão pública, principalmente em políticas de gênero e raça. Desde 2014 atua como professora adjunta da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira em Redenção, Ceará. Foi a primeira Ministra da Promoção da Igualdade Racial do Brasil (no governo do Presidente Lula a partir de 2003 e até 2008) e posteriormente Secretária Adjunta da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Município de São Paulo de 2013 até 2014.

Começo agradecendo justamente ao convite, muito desafiador, porque vocês estão num processo de reflexão a partir da ação num momento de bastantes incertezas. Então, nós estamos procurando encontrar caminhos diante desta situação de crise que não é só uma crise sanitária, é uma crise humanitária e com isso então vale a pena nós apoiar-nos conjuntamente. Nesse sentido que me coloco nesta troca com vocês. Eu vou fazer uma exposição a partir dum documento que espero poder trocar com vocês.

O título da apresentação é o Processo organizativo dos negros na América Latina e Caribe. Vou falar primeiro dos efeitos dos indicativos da conferência de Durban para os países da América Latina e Caribe. As primeiras duas ideias são as seguintes: no final do século XX e início do XXI a situação econômica, social e cultural dos países da América Latina e Caribe se demonstrou bastante dinâmica. Como por exemplo, no Brasil, na Bolívia e no Equador foram vivenciadas as experiências de eleição de governos de esquerda que desenvolveram políticas democráticas voltadas à maioria da população. E também contextos de crise, com isso ocorreram profundas transformações econômicas internas, com novos agentes econômicos e sociais, e com a implementação de novas formas de proteção e seguridade social. Falando da Conferência de Durban, desde o processo organizativo, desde a Conferência das Américas que aconteceu em 2000 em Chile vem se estabelecendo uma rede de diálogos com as nações indígenas, organismos internacionais e de cooperação, governos e movimentos sociais, distintos atores, fortalecendo o que pode-se chamar da identidade afrodescendente através de políticas conjuntas.

Neste período pode-se esperar um processo de transnacionalização do movimento negro a partir do Brasil, na relação com um conjunto de movimentos, um processo de vinculação numa dinâmica da história da diáspora africana. Esses novos reordenamentos contribuíram para a ampliação das discussões públicas sobre a questão racial, étnico-racial, de gênero, juventude e tantos outros. Aí começa a tecer os eventos que foram ocorrendo neste processo de intercâmbio, o primeiro teve a maior evidência na região, logo após 2001 na Conferência de Durban. Fui em 2006, a Conferência Regional das Américas sobre Avanços e Desafios para o Plano de Ação Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas (CRA).



Foi um trabalho conjunto entre governos, agências da ONU e setores organizados na sociedade a partir da estrutura do movimento negro regional. Tive o prazer de ser presidenta desta conferência, na época como Ministra da Igualdade Racial no Brasil. Com Brasil se deu essa Conferência e ela trouxe uma reflexão bastante interessante porque haviam passado 5 anos pós Durban e no Brasil no governo de Lula, em diálogo com outros países começavam a ter intercâmbios em relação às políticas governamentais de promoção à igualdade racial.

Nessa situação, logo depois de 2009, realizou-se a Conferência de Revisão de Durban em Genebra. Esta conferência oficial, que aconteceu em 2006 em Brasil, foi extraoficial, foi mais por pressão, por desejo da sociedade civil, em conjunto com os governos pressionava setores da ONU para não deixar Durban passar em branco. Então, quando aconteceu essa conferência em 2009 havia um novo processo de debates e avaliações de maneira já mais fortalecida que considerando a conferência que aconteceu em 2006. Neste processo aconteceu também o encaminhamento em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, os ODM, que envolveu também sociedade civil, governos e junto dos objetivos apontavam, reiteraram os indicativos de Durban, sobre todo o sentido da busca de superação do racismo e das discriminações raciais. Mas pontuando a importância de se realizarem políticas de Estado, não políticas de governo para promoção da igualdade racial. O grande desafio estava concentrado aí.

As organizações negras, então, passaram a construir uma imagem mais ampla no Brasil e na Região. As ações afirmativas, advindas das lutas proporcionaram ampliação nacional e internacional sobre uma intervenção frisando a superação do racismo, da discriminação, a xenofobia e as intolerâncias correlatas. Este conteúdo demonstra que a soma das ações promovidas por diversos agentes sociais e políticos gerou um marco de direitos e consensos para promover a igualdade de gênero, étnico-racial entre outras. Os resultados, no entanto estão longe de ser satisfatórios, nós estamos falando de racismo estrutural, nós estamos falando de processos históricos e há muita similaridade na América Latina em relação à forma. Mudam os termos, mudam as apresentações, mas no fundo nós vivemos num processo de colonização, um processo de cerramento das relações étnico-raciais.

Em relação ao Fortalecimento Institucional das organizações negras da região, evidencia-se o protagonismo dos movimentos afro-latino-americanos na arena transnacional, destacando as noções de justiça, com base nas experiências diaspóricas. Chama a atenção a convergência da igualdade racial e o pluralismo cultural. Nos últimos 20 anos houve a diminuição da invisibilidade oficial dos afro-latino-americanos, ainda permanece sem resposta satisfatória a maior parte das reivindicações sociais e políticas presentes nos discursos dos diferentes atores que interagem nesse processo de instauração do multiculturalismo. Os números continuam corroborando que a maioria das populações negras na região encontra-se em condições de pobreza, marginalidade e exclusão social.

Também, o empenho pela inclusão da variável raça nos censos dos países da América Latina e do Caribe se intensificou de maneira transnacionalizada, as organizações buscaram estratégias para combater a invisibilidade da população afrodescendente por meio da realização de censos e uma ação política para exigir que os governos reconhecessem as desigualdades socioeconômicas destas populações, e implantassem políticas públicas com recorte racial. Eu faço mais outros comentários. Neste processo, de 2009 post Genevra, pós conferência de revisão, houve uma certa marcha rumo aos censos. E a visão básica que levou a isso, foi a constatação de que a ausência de números estatísticos oficiais, prejudica ao Estado e aos movimentos sociais de atuarem numa perspectiva de combate ao racismo. Então o censo se tornou força central dentro destas organizações numa espécie de marcha conjunta. Em vários países aconteceram ações relativas ao censo.

A coleta de dados desagregados por raça e etnia nos censos de 2010-2012, foi uma estratégia decisiva que revela o retrato da população, portanto, se torna um instrumento para o exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia. Aqui no Brasil em particular, houve no final dos anos oitenta uma pressão da sociedade organizada em torno dos governos, teve um período que foi realizada uma campanha “Não deixe sua cor passar em branco”. Isso fez com que o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) suscitasse a inclusão dos que tinham sido esquecidos pelos censos. Existem notícias que em outros países da região latinoamericana também.

Em estágios diferentes, os países caminham para um ajuste de contas com os direitos das populações negra e indígena ao buscarem informações sobre os seus modos de vida; acesso à saúde, educação e saneamento; oportunidades de trabalho, emprego e renda; moradia; qualidade de vida; exposição à violação de direitos. Então abrindo mão de dados atualizados em como vive a população afrodescendente, é possível atuar em várias áreas da política pública, esse foi o grande avanço em relação a essa marcha dos censos.

Em relação ao contexto atual e vivências na América Latina e Caribe, atualmente vários países são epicentro da pandemia e encabeçam as estatísticas mundiais de casos diários em relação ao COVID-19, acima da Europa e dos Estados Unidos. Muitos casos registram um acelerado aumento deste indicador, que é chave para o avanço da pandemia. Em muitos países foram estabelecidas medidas para reduzir contágio e evitar o colapso dos sistemas de saúde, porém os problemas estruturais da região fazem com que seja mais complexo dar respostas imediatas à crise.

No Brasil, desigualdade e alta concentração de renda geram vulnerabilidades sociais e privilégios. O impacto da Pandemia da COVID-19 agrava ainda mais a situação de desigualdades sociais. Dados da PNAD, que é uma instituição de pesquisa aqui no Brasil, de setembro de 2020, destacam que o desemprego atingiu 13,5 milhões de pessoas, sendo 3,4 milhões a mais que no mês de maio, representando aumento de 33,1%. O Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) alertou que 30% das famílias mais pobres passaram fome nos últimos dois meses de 2020. Este é um quadro tenebroso. A vulnerabilidade à que está exposta a população mais pobre, ela é bastante acelerada na nossa região e recai nas piores condições em relação às mulheres: o aumento da violência contra a mulher, o trabalho doméstico, as trabalhadoras domésticas, as mulheres que saem das suas casas para trabalhar em outras casas. Vivem em condições de precariedade, perda de emprego e insegurança social. Os idosos vivem situações de grande impacto na saúde e na saúde geral, e também na saúde mental, tendo como um dos elementos a depressão, acompanhada de diversas concorrências para o seu bem-estar. As crianças, estão fora da escola, não estão frequentando a escola há mais de um ano, por isso se vem agravando situações de doença mental e de medos e ansiedades em função da condição do isolamento social. Também passam a usar de maneira extrema, os que têm uso do computador e uso da internet, nem sempre fazendo bem para a saúde. A população LGBTQ+ sujeita à mortes, sujeita a destratos, sujeita a descaso nos serviços de saúde e a acirramentos da pandemia. Os indígenas e os negros tem acirrada sua condição da pobreza, os negros em especial, desemprego, falta de acesso a bens e serviços. Então o panorama em relação à pandemia, não é nada favorável na região. Fazendo avaliação de país por país, mais tem em geral um mesmo formato que é a grande vulnerabilidade dos setores mais empobrecidos.

No relativo aos direitos territoriais dos afrodescendentes, em diferentes países da América Latina e Caribe, desde revisões constitucionais, vários países passaram por revisões constitucionais, somando-se a ratificação da Convenção 169 da OIT, os povos indígenas e afrodescendentes vêm recorrendo à justiça para demandar a aplicação de políticas de equidade, destacando-se o direito ao território. O território nesse sentido, visto como um locus, é um espaço de manifestação da identidade e da cultura dos remanescentes de quilombos, e a titulação consiste no reconhecimento deles, colocando-os num patamar de igualdade diante da condição marginalizada e excludente. O direito das comunidades e povos à conservação e proteção do meio ambiente e da capacidade de produção de suas terras, bem como a importância da integridade dos territórios deve ser reconhecido pelos Estados. Garantindo a implementação de políticas e ações específicas visando a participação política ativa dos povos afrodescendentes e indígenas e de seus representantes nos diferentes âmbitos decisórios de suas respectivas sociedades nacionais.

Para as comunidades quilombolas o direito ao território, caracteriza-se numa relação de poder e busca de autonomia, por meio da qual é possível estabelecer o seu modo de vida e dar continuidade à reprodução material e simbólica deste modo de vida. Essa é uma situação particular do Brasil, acredito que tenha alguma similaridade com alguns outros países.

Existe um conjunto de desafios relacionados ao reconhecimento dos direitos dos afrodescendentes e da luta contra a discriminação e o racismo, impõe-se a necessidade de redobrar os esforços para fomentar programas de equidade e de melhoria das condições de vida das pessoas de ascendência



africana entre as quais se encontram políticas de emprego, educação, habitação, assim como uma política específica de terras para as comunidades rurais, comunidades quilombolas, Terras de Preto, e outras designações correlatas.

Quando estive ocupando o cargo de Ministra, eu tive a oportunidade de coordenar o programa Brasil Quilombola e na situação de quilombos, também se coloca como um grande problema na ausência de dados censitários, que além da ausência de dados censitários, também há um isolamento em relação à condição social do país, e não reconhecimento de sua cidadania. Nós tivemos a Givania que também está participando aí, também trabalhou com a gente dentro da SEPPIR, coordenou a área de quilombos, ela depois pôde trocar mais com vocês do que este momento agora nos permite. Mas a política de quilombos foi uma das políticas bastante desenvolvidas entre os anos de 2003 e 2010, com êxito. Porém com muitos entraves no que diz respeito à regularização territorial.

As mulheres apresentam a partir de suas respostas uma maior criticidade em relação ao não respeito dos direitos sociais. Essa perspectiva soma-se à explicitação de situações de conflitos políticos da relação entre feminismo e a organização das mulheres negras, tanto em âmbito nacional como internacional. As vivacidades do feminismo negro com sua trajetória de reformulações, conflitos, desafios e conquistas, trazem novas personagens e realidades. Pela participação qualificada e do protagonismo das mulheres negras é perceptível o positivo enegrecimento do movimento feminista. Também pode se dizer há uma perspectiva de gênero no movimento negro destacando-se a este o momento de grandes formulações e evoluções para se chegar nesta condição. Do ponto de vista da região, os encontros Latino Americano e Caribenhos de Mulheres, onde as mulheres negras se fizeram e se fazem presentes em grande número. Com isso cerrando o debate política para sua maior visibilidade.

Em 1992, com a realização do I Encontro Latino-Americano e Caribenho das Mulheres Negras, na República Dominicana, apresenta-se como principais resultados a instituição do Dia da Mulher Negra da América Latina e do Caribe, em 25 de julho, e a criação da Rede de Mulheres Afro-Latino-Americanas, Afro-Caribenhos e da Diáspora. E este é um ponto bastante interessante. Eu estive neste encontro da República Dominicana, já sou um tanto antiga, e dá pra verificar o quanto os debates e as novas formulações de atuação e de fortalecimento institucional, aparecem no processo de organização das mulheres negras neste processo.

Participam da rede, neste momento desta pesquisa que eu fiz, pode ser que o número seja pra mais no momento atual. Mais de 25 países da América Latina e Caribe. E no início de 2010 mais de 500 mulheres constituíam essa Rede. Então é possível nos vemos nesta rede (inclusive nós temos representante da rede aqui nesta reunião) a construção dum grande ponte de elaboração e difusão de proposições políticas pra o fortalecimento institucional, na relação das mujeres negras com o movimiento feminista e o movimento negro.

Na região, a juventude negra, também como forma de reação à invisibilidade e à afirmação do protagonismo político, tem ampliado o diálogo com instituições públicas e privadas. Com a intenção de reverter essa situação de discriminação, vários são os formatos organizativos da juventude. Esse é o caso do Brasil e tem similaridades com outros países: os grupos culturais, o hip-hop, a organização

em partidos, sindicatos, coletivos de estudantes entre outros que estabelecem a presença nos mais variados setores da sociedade e se expressam por meio da participação no Movimento Negro e nos movimentos sociais em geral. No Brasil, no processo de organização da juventude negra, destacam-se os temas contra a violência policial e urbana, por ações afirmativas na educação (em especial cotas nas universidades) e no trabalho. São desenvolvidas também, ações para visibilidade da cultura considerada periférica, como é o caso do Hip-Hop e outras manifestações.

Como por exemplo, no Brasil, a partir de diversos canais organizativos dos jovens negros com o apoio da SEPPIR, e isso em 2007, foi realizado em julho o I Encontro Nacional de Juventude Negra (EN-JUNE), que logrou a organização de duas frentes de trabalho: uma o Fórum Nacional de Juventude Negra (FONAJUNE) e a outra a Campanha Nacional Contra o Extermínio da Juventude Negra. Estes jovens organizados a partir deste encontro nacional passam a compor estruturas de governo como no caso da primeira Conferência Nacional da Juventude que teve o debate sobre a juventude negra em grande proporcionalidade justamente pelo protagonismo dos jovens negros, e com isso mudou a política pública nacional voltada à juventude.

Em âmbito internacional, nas comemorações de 10 anos da Declaração de Durban, foi aprovada a realização da “Cumbre mundial da juventude afrodescendente”. Nesse processo, ocorreu em Quito, em 2011, o “Diálogo regional de Juventudes Afrodescendentes sobre Democracia e Cidadania”. Esse momento gerou novas estratégias organizativas e fortalecimento institucional desse setor.

Nesse apanhado geral, dá para a gente ver duas coisas. Que historicamente o racismo se manifesta de maneira continuada, praticando-se em varios setores da sociedade e com isso impediendo a participação cidadã da população negra, entre elas esses recortes que nós fizemos aqui nesta apresentação: os quilombolas, as mulheres negras, os jovens negros e aí por diante. Mais também por outro lado nos temos o fortalecimiento institucional do movimiento afrodescendente, do movimento negro que nós falamos aqui no Brasil, com busca da representatividade nos setores governamentais e na sociedade como um todo. E com isso finalizo dizendo que os desafios estão na ordem de nós explicitarmos, quais são as formas possíveis de atuação, acredito que isso é o que este grupo está buscando. Precisamos saber quais são as formas de atuação neste momento de crise humanitária que é a pandemia e a Covid. Mas dá para se adiantar a pensar depois disso, como se recolocam os debates na sociedade, a briga está sempre na ótica de garantir políticas universais atendendo a todas as áreas da política pública, em conjunto com ações afirmativas, e o reconhecimento do protagonismo da população negra. Então, estes têm sido os nossos desafios e novas agendas podem ser vistas como desdobramentos inclusive de nosso saber ancestral. Porque muitas coisas ligadas à nossa vida como afrodescendentes ou como indígenas para sobreviver, resistir, até os dias atuais, não são do conhecimento da sociedade. As nossas crenças, as nossas manifestações culturais, as nossas formas de organização. Então, nós não precisamos inventar a roda. Nós temos apenas o que nós fazer presentes, no ponto de vista na relação com o Estado, com os governos, atuar cada vez mais para que as políticas se tornem mais perenes como políticas de Estado, desde o ponto de vista com a sociedade como um todo, que nós sejamos respeitados como cidadãos. Muito obrigada.

